

PALAVRAS DO PRESIDENTE DA ORDEM, NO ACTO DA SUA POSSE

Há emoções que não cabem em palavras ; e é dessas a que neste instante me domina.

Quis o destino que eu fosse jurista e que, como jurista, só pudesse ser advogado ; e, em tal restrição, que tantos aceitariam como motivo de mágoa ou maldizer, eu encontrei logo um traço de beleza no meu próprio destino.

Ser advogado é, na verdade, tocar as estrelas ; é ter o direito de profligar todos os abusos ; de afrontar todas as violências ; de denunciar todos os crimes ; de defender os oprimidos, os perseguidos e os fracos ; de dar apoio aos que dele carecem ; de propugnar pelo direito — em cuja existência assenta a própria vida da Humanidade ; é, afinal, manter aceso o facho da legalidade, sem a qual o mundo se subverte na mais atroz confusão.

Ser advogado, nas horas de crise e turbação, é empunhar um gládio e lutar com ele pela ordem jurídica ameaçada. Daí o propósito de perseguir os advogados, tantas vezes enunciado pelos ídolos que eles afrontam, ainda quando tenham o génio de um Napoleão que, em certo momento da sua vida, exclamava, como refere Louis Madelin : « *Je veux chasser les avocats !* » Nas horas de paz e tranquilidade, ser advogado é, ainda, assegurar o equilíbrio da vida social, pela defesa dos direitos de cada um ; é, como diz Henry Bordeaux, no seu adorável *Carnet d'un stagiaire*, fazer uma troca com os que trabalham e arrancam ao solo as nossas possibilidades de subsistir. « Eles precisam de paz para trabalhar. Essa paz, não devemos perturbá-la, e temos de impedir que os outros a perturbem ».

Passaram quase vinte e cinco anos sobre a hora em que abracei esta profissão ; vinte e cinco anos de lutas, de inquietações, de incertezas, de vitórias e derrotas ; de contentamentos e amarguras ; — vinte

e cinco anos de vida, afinal!; e a melhor confirmação de não me haver enganado quando pressentia que ser advogado era seguir «a vida mais livre que um homem livre pode ter», está em que hoje mantenho, de envolta com a saudade de muitas ilusões perdidas, a fé que me abraçava quando me inscrevi na Ordem — minha contemporânea, criada ao mesmo tempo em que eu me formei.

Assisti, meus senhores, aos primeiros passos da nossa Corporação; vi o esforço magnífico dos que a alçaram, em anos de sucessivo labor, à situação de prestígio que ela alcançou; e dei-lhe, no último sexénio, em trabalho e dedicação, quanto podia dar-lhe. Nem sequer tive mérito em fazê-lo, porque o fiz seguro de que o prestígio e o engrandecimento da Ordem são as primeiras garantias de que a sua autoridade se afirme e desenvolva; e em tal autoridade reside, precisamente, a certeza de que não serão cerceados os seus direitos; e em tal certeza assenta a liberdade da advocacia em Portugal.

Entregues a nós mesmos, nós, os advogados, poderemos exercer com independência, com desassombro e com dignidade, o nosso ministério; mas ai de nós se perdessemos o direito de sermos os senhores da nossa classe! Então, tudo se afundaria na tristeza de nos vermos meras sombras de nós próprios; e o negrume das nossas togas volver-se-ia, de símbolo da igualdade de quantos as envergamos, em triste negror de luto!

Ora se eu quero à Ordem como deixo apontado, e me orgulho da profissão como os que dela mais se orgulham, escuso acentuar quão jubiloso é para mim este momento de ser investido nas funções de seu Presidente, e como a expressão do meu júbilo transcende os domínios do verbal.

Volvo os olhos ao passado, e vejo a ocupar o lugar em que a generosidade da classe me investiu, as mais brilhantes figuras que a enobreceram — numa galeria notável que enche as paredes deste salão, e que enche mais ainda, quanto a quase todas elas, a nossa respeitosa e sempre viva saudade.

Atento no presente, e reparo na honra insigne de ser investido no cargo pelo presidente Morais de Carvalho, cuja amizade quis atribuir-me, em palavras que agradeço comovido, virtudes que infelizmente não possuo, e méritos que, se eu os tivesse, seriam reflexo pálido daqueles que o exornam; e reparo ainda no que há de simbólico nesta transmissão de poderes, entre dois homens cujas formações

e ideias, a despeito de estruturalmente diversas, não impediram que acabasse por uni-los uma forte amizade, fundada no seu amor à Ordem que ambos têm servido, e no respeito pela orientação de só olharem aos fins da instituição e à defesa da classe, que sempre inspirou os seus dirigentes e vai continuar a inspirar-me.

Olho em meu derredor, e distingo e lembro figuras ilustres de tantos outros colegas que, com mais direito, agora poderiam encontrar-se neste lugar: — Carlos Pinto Coelho, presidente insigne do Conselho Superior da Ordem, dos membros mais ilustres da *aristocracia da toga*, de que falou Gil Robles nesta sala; Pedro Pitta, barrista do mais fino quilate, académico, orador, mocidade sempre magnífica; Madeira Pinto, admirável organizador, a quem se deve tanto do muito que há nesta casa; Azeredo Perdigão, príncipe dos nossos homens do foro, apaixonado pela sua profissão como raros; Mário de Castro, primeira figura da minha geração académica, forte e acentuada personalidade de juriconsulto; — e vejo-me, eu, a ser investido nas funções de Presidente da Ordem; — e pergunto a mim mesmo porquê!

Porquê?

Talvez porque se reconhecesse ser de vantagem assumir, neste momento, a presidência da Ordem dos Advogados, um homem não só conhecedor dos problemas que preocupam a classe, mas também capaz de dar sequência ao seu estudo, e à procura das soluções que vinham sendo ensaiadas para eles, pelo Conselho Geral cessante; talvez também porque se houvesse lembrado que, como escreveu Maurice de Maeterlink, os grandes fachos no alto das montanhas são símbolos da perfeição; mas no alto das montanhas há poucos homens, e uma pequenina chama no meio da multidão faz muitas vezes obra mais útil que a dos grandes fachos.

E aqui estou *para servir*, no desejo inexcedível de corresponder à vossa generosidade, com uma dedicação total.

Alcansei, meus senhores, o mais alto galardão que da vida podia esperar; nem jamais receberei outro — seja qual for! — que tanto e tanto me enobreça.

Mas a esta altíssima honra correspondem enormes responsabilidades — que eu não ignoro, só querendo ter força e ânimo para poder suportá-las e para realizar aquilo que V. Ex.^{as} têm o direito de exigir de mim.

Um problema que vem merecendo a maior atenção aos Conselhos Gerais, é o da criação da Caixa de Previdência da Ordem.

A profissão de advogado é, para a generalidade dos que a exercem, pouco rendosa e pouco compensadora. O meio é pobre e a concorrência é grande. A doença, a incapacidade por velhice, são espectros que atormentam a enorme maioria dos profissionais do foro.

Só os que têm passado pelos Conselhos, sabem os quadros de miséria confrangedora que ali são expostos, em pedidos de assistência formulados por advogados, ou por viúvas e filhos de advogados, que mal podem ser socorridos nas circunstâncias actuais.

Ora a Caixa está criada e o seu regulamento está pronto. Insistirei quanto puder pela sua rápida publicação, dependente do Ministério da Justiça; e fá-lo-ei com a mágoa de ela não ter sido conseguida durante a presidência do dr. Moraes de Carvalho, que bem merecia esse prémio, pelo empenho que pôs em deixar a Ordem dotada com a Caixa de Previdência.

Outro problema que insistentemente me preocupa, diz respeito às condições do exercício da advocacia, principalmente nos processos criminais.

São excelentes, e desejo que mais se aprimorem ainda, as relações dos advogados com os magistrados; mas é inevitável que da ampliação dos poderes destes, com a correspondente restrição dos direitos dos advogados, surjam desentendimentos escusados e situações aborrecidas, aliás facilmente remediáveis. O decreto de 1 de Julho de 1947, retirando aos advogados o direito de ditarem os seus requerimentos para as actas, e o de instarem as testemunhas, em processo criminal, representou um cerceamento lamentável das suas prerrogativas e um agravo sem justificação bastante. Para os que se excediam, a lei já estabelecia medidas de repressão mais que suficientes; aos outros, que cumpriam o seu dever profissional, embora com desassombro e firmeza, nunca se deveria ter-lhes dificultado a acção, pela forma como isso se fez.

Quem já lidou nos tribunais, sabe que ninguém, como o advogado, está integrado nas questões em que intervém, para poder fazer as instâncias, de que tantas vezes resulta o esclarecimento da verdade; e é mister, por isso, que ao advogado se restitua o direito de fazê-las, para que ele não fique reduzido quase ao papel de mero espectador — que nenhum profissional digno pode aceitar. Até consegui-lo, não

deixarei de insistir junto de S. Ex.^a o Ministro da Justiça, a quem já assegurei — e deste lugar reassseguro — a mais leal colaboração em tudo que respeite à Ordem, dentro do mais intransigente espírito de defesa dos direitos, imunidades e liberdades tradicionais da classe.

Um outro problema que parece requerer intervenção imediata, é o do agenciamento de clientela, que alguns colegas novos me têm afirmado estar a ser feito em condições intoleráveis, em certos tribunais e repartições.

O advogado tem de ser honestamente independente e não pode nem deve envolver-se em alianças suspeitas, que lhe procurem trabalho.

Envolver-se nelas, é desprestigiar-se; e o desprestígio de alguns reflecte-se em toda a classe, que tem de impor-se à consideração geral.

É ainda meu propósito estreitar as nossas relações com a Magistratura, a quem dirijo as melhores saudações. Magistrados e advogados, somos, por destino, companheiros na mesma rota, e perseguimos idêntico ideal. Uns e outros podemos dizer, como Vitor Hugo: «apenas tenho uma pedra na minha funda, mas esta pedra é boa; esta pedra é a Justiça.»

Pois demo-nos as mãos fraternalmente, e não nos olhemos com desconfiança. Façam os juizes da Justiça *a verdade em acção*; mas aceitem de bom grado a colaboração dos advogados, e confiem na sinceridade dela. A lei só lhes deu poderes no pressuposto, felizmente exacto, da sua competência para utilizá-los; mas se alguns houvesse que, de tanto poderem, se julgassem omnipotentes, eu daqui lhes lembraria que «*o poder é o facto; a autoridade é o direito*», e que só têm *poder* para servir o *direito* — que os advogados também servem. É preciso, pois, unir cada vez mais e mais, em estima, compreensão e respeito mútuo, os magistrados e os advogados; e nisso, repito, me empenharei com a devoção de quem, lidando há um quarto de século nos tribunais, pode louvar, sem hesitações, os méritos e as virtudes da nobre Magistratura portuguesa.

E que mais?

Disse Goethe que neste mundo há muitas *palavras* e poucos *ecos*; e eu confesso que não quero deixar nesta sala muitas palavras.

Quero, antes, contribuir para a solução dos problemas que já apontei, e para a de quantos forem surgindo, de interesse para a advocacia.

Para isso, ponho à disposição da Ordem todas as minhas energias e persistência.

Só por si — elas de nada valeriam ; mas estou, felizmente, ajudado pelos membros mais distintos da classe, muitos deles já experimentados nos nossos comuns trabalhos e, não obstante, prontos a continuar a servi-la, com a sua aceitação de cargos directivos.

Na acção cultural, que reputo do mais alto interesse, e que tanto nos tem prestigiado ; na preparação dos candidatos, penhor do nosso futuro, que tanto carinho nos merece ; na actividade disciplinar — triste, mas indispensável, e até aqui exercida por forma modelar — iremos seguir os caminhos já traçados : maior que o de mantê-los foi o trabalho de abri-los — e, por esse trabalho, rendo preito aos meus antecessores.

Se algo a mais se fizer neste triénio — que começa no ano da comemoração das bodas de prata da Ordem, dignas de já projectada celebração — será obra dos meus eminentes colaboradores.

Para eles, vão as minhas saudações entusiásticas, e a pública afirmação de que confio na sua ajuda e no seu conselho, para levar a bom termo a minha acção.

E a V. Ex.^{as}, também os saúdo : a uns, pela honra que me deram ao eleger-me ; a todos, pelo favor da vossa comparência e pelo carinho da vossa presença.

Assim amparado — espero poder cumprir.

A Ordem vai seguir o seu rumo ; e só quero, quando findar o meu mandato, deixá-la tam enobrecida como a recebi agora, das mãos honradas e amigas do presidente Moraes de Carvalho.

ADELINO DA PALMA CARLOS